

# O Brasil e operações humanitárias da ONU: aprendizados a partir da MINUSTAH

Gustavo Moura de Oliveira  0000-0001-9540-1664

Grupo de Segurança e Defesa de Belém, GSD-BE, Força Aérea Brasileira, Belém, PA, Brasil

## RESUMO

*Força Aérea Brasileira participa de Missões de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), com emprego de tropa desde 2011, na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Este estudo analisou a participação do Brasil na MINUSTAH, com o objetivo de identificar os principais aprendizados adquiridos pelo país em termos de operações humanitárias da ONU e como esses aprendizados influenciaram o desenvolvimento de doutrina e estratégias nacionais nas Forças Armadas. A metodologia utilizada foi o estudo de revisão. Como resultados da revisão de literatura, observaram-se avanços no adestramento das tropas, interoperabilidade e revisão de normas. Além disso, a participação expandiu a influência do país em sua política externa e ampliou o uso das Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Esses aprendizados não apenas fortaleceram as capacidades operacionais, mas também moldaram políticas futuras. Por fim, este estudo ressalta a importância da experiência internacional na evolução das Forças Armadas e na projeção de interesses nacionais em cenários globais.*

**Palavras-chave:** Operações de paz; Forças Armadas; Lições aprendidas.

## Brazil and UNhumanitarian operations: lessons learned from MINUSTAH

### ABSTRACT

*The Brazilian Air Force has participated in United Nations (UN) Peacekeeping Missions, employing troops since 2011 in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). This study analyzed Brazil's participation in MINUSTAH to identify the main lessons learned by the country regarding UN humanitarian operations and how these lessons influenced the development of national doctrine and strategies in the Armed Forces. The methodology used was a review study. As a result of the literature review, advancements were observed in troop training, interoperability, and regulatory revisions. Additionally, participation expanded the country's influence in its foreign policy and increased the use of Law and Order Guarantee Operations. These lessons not only strengthened operational capabilities but also shaped future policies. Finally, this study highlights the importance of international experience in the evolution of the Armed Forces and the projection of national interests in global scenarios. Keywords: Peace Operations; Armed Forces; Lessons Learned.*

**Keywords:** Peace Operations; Armed Forces; Lessons Learned.

# Brazil y operaciones humanitarias de la ONU: lecciones aprendidas de MINUSTAH

## RESUMEN

*La Fuerza Aérea Brasileña ha participado en Misiones de Paz de las Naciones Unidas (ONU), empleando tropas desde 2011 en la Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH). Este estudio analizó la participación de Brasil en MINUSTAH con el objetivo de identificar los principales aprendizajes adquiridos por el país en términos de operaciones humanitarias de la ONU y cómo estos aprendizajes influyeron en el desarrollo de la doctrina y las estrategias nacionales en las Fuerzas Armadas. La metodología utilizada fue un estudio de revisión. Como resultado de la revisión de la literatura, se observaron avances en el adiestramiento de las tropas, la interoperabilidad y la revisión de normativas. Además, la participación amplió la influencia del país en su política exterior y aumentó el uso de las Operaciones de Garantía del Orden y la Ley. Estos aprendizajes no solo fortalecieron las capacidades operacionales, sino que también moldearon políticas futuras. Finalmente, este estudio resalta la importancia de la experiencia internacional en la evolución de las Fuerzas Armadas y en la proyección de los intereses nacionales en escenarios globales.*

**Palabras clave:** Operaciones de Paz; Fuerzas Armadas; Lecciones Aprendidas.

## 1 INTRODUÇÃO

As Missões de Paz (MP) realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) são evidências claras do compromisso conjunto da comunidade internacional com a promoção da paz e da segurança. Para o Brasil, um dos países fundadores da ONU, a participação em MP é uma decorrência de seus compromissos internacionais. De acordo com o artigo 4º da Constituição Federal (CF), entre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil estão a promoção da paz, a resolução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o avanço da humanidade (Brasil, 1988).

A contribuição brasileira nas MP possibilita um aumento na presença do país na estrutura de tomada de decisões da ONU, consolidando sua posição como um Estado ativo e influente no cenário internacional. Conforme descrito no Livro Branco da Defesa Nacional - juntamente com as iniciativas diplomáticas em que o Brasil tem se envolvido para resolver conflitos e reduzir tensões, tanto na América quanto além dela -, a participação em Missões de Paz tem sido um reflexo da crescente importância do Brasil no campo da paz e segurança (Brasil, 2016). Dessa forma, o país contribui para as relações internacionais e sua reputação perante a comunidade global, ao mesmo tempo em que aprimora o uso de suas tropas em contextos de MP.

É crucial destacar o papel da ONU e suas ações em prol das missões de paz. Especificamente, a ONU mobiliza esforços de diversos países em defesa de valores relacionados aos direitos humanos, aos refugiados e à sobrevivência das populações afetadas. Crises políticas, econômicas e institucionais podem gerar problemas sociais e humanitários de proporções significativas.

Para Herz, Tabak e Hoffmann (2015, p. 36), “a ONU é uma organização intergovernamental, sendo a arena mais universal para a negociação de normas internacionais, mas também é um ator, assumindo posições e produzindo ideias dentro dos limites estabelecidos pelos Estados que a constituíram”. O trabalho da ONU, nesse sentido, tem o propósito de estimular a sensibilização para a cooperação internacional, visando mitigar o risco à sobrevivência de populações em Estados frágeis, ou seja, Estados que não conseguem garantir o mínimo de segurança ao seu próprio povo.

Nesse contexto de valor imperativo, uma das missões mais emblemáticas em que o Brasil se envolveu foi a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH, 2004-2017). Durante essa missão, em 2011, a Força Aérea Brasileira (FAB) inaugurou sua participação em Operações de Manutenção da Paz (OMP) da ONU, empregando tropas de Infantaria da Aeronáutica (INFAER), quando o primeiro Pelotão de Infantaria (PINFA) integrou o contingente brasileiro (14º), composto inicialmente por militares do Exército Brasileiro (EB) e da Marinha do Brasil (MB). O primeiro PINFA foi sucedido por outros nove pelotões até o fim da operação, em 2017 (26º contingente), com uma pausa na participação nos 22º, 23º e 24º contingentes.

O “Brazilian Way of Peacekeeping”, estabelecido ao longo dos 13 anos de atuação no Haiti, foi encerrado em um momento em que as missões de paz da ONU estavam passando por debates para aumentar a eficiência, coerência e relevância da arquitetura de paz e segurança da organização (Oliveira Júnior; Neves, 2019). De acordo com Kenkel (2011), o modelo haitiano, frequentemente associado ao “Brazilian Way of Peacekeeping”, estabelece uma sinergia entre a propensão brasileira para a negociação e resolução pacífica de conflitos, um foco tradicional do país, tanto internamente quanto na política externa. Esse fato não apenas explica a presença do Brasil, mas também seu destaque nas missões de Paz da ONU, já que, com flexibilidade e carisma, os militares brasileiros puderam e podem desenvolver melhor seu trabalho (Farias; Martins, 2019).

Durante a mencionada missão, o Brasil enfrentou desafios significativos. Em 2004, no início das operações, por exemplo, com uma força de 1.200 militares, a área de responsabilidade abrangia toda a cidade de Porto Príncipe e áreas adicionais, além da necessidade de fornecer assistência humanitária em resposta às catástrofes naturais. Em 2007, a ONU recomendou que a MINUSTAH assumisse novas responsabilidades, como a fiscalização das fronteiras do Haiti e o combate ao tráfico de drogas, pessoas e armas (Garcez, 2007).

Estudos conduzidos por Oliveira Júnior e Góes (2010) ressaltam que, além dos objetivos constitucionais, é essencial considerar as possíveis vantagens para o aprimoramento das Forças Armadas decorrentes da participação consolidada em operações de paz. Esse aprimoramento está alinhado aos princípios constitucionais nos quais o Brasil enfatiza a defesa da paz internacional e a resolução pacífica de conflitos.

Como mencionado anteriormente, diante das peculiaridades de uma Operação de Paz e dos eventos que se desdobraram durante a MINUSTAH, foi determinado que a Força Aérea Brasileira (FAB) desempenhasse diversas tarefas durante a missão. Diante desse contexto, a análise das lições aprendidas é considerada crucial, pois isso permitirá complementar os conhecimentos necessários para aprimorar as competências e alcançar um melhor cumprimento da missão.



Tomando o cenário de participação na MINUSTAH como objeto de estudo, descortina-se a seguinte pergunta de pesquisa: Como a participação do Brasil nas operações humanitárias da ONU, especificamente na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), contribuiu para o desenvolvimento de doutrina e estratégias nacionais de intervenção nas Forças Armadas?

Diante disso, o objetivo desse artigo é analisar a participação do Brasil na MINUSTAH, identificando os principais aprendizados adquiridos pelo país em termos de operações humanitárias da ONU e como esses aprendizados influenciaram o desenvolvimento de doutrina e estratégias nacionais de intervenção nas Forças Armadas.

## 2 REVISÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Conforme Herz, Tabak, Hoffmann (2015), o sistema ONU tem funções sociais e econômicas, mas a principal função é a administração da segurança. Destaca-se o princípio de que o uso unilateral da força contra a integridade territorial ou independência de qualquer Estado está banido e as disputas devem ser resolvidas de modo pacífico.

A partir dos dados apresentados sobre a participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), torna-se evidente a importância do trabalho desenvolvido nesse contexto.

Esse tema está alinhado à Estratégia Nacional de Defesa: Há promoção do incremento do adestramento e da participação das Forças Armadas (FFAA) em Operações Internacionais em apoio à política exterior, com ênfase nas OMP e ações humanitárias, integrando Forças da ONU ou de organismos multilaterais da região (Brasil, 2012). Primeiramente, é crucial reconhecer a magnitude dos desafios enfrentados pelo Brasil durante a missão, que incluíam a necessidade de fornecer assistência humanitária em uma região afetada por catástrofes naturais e a responsabilidade de assumir novas tarefas, como a fiscalização das fronteiras e o combate ao tráfico ilícito. Esses desafios destacam a complexidade das operações de paz e a importância de um engajamento efetivo por parte dos países participantes.

Além disso, os estudos conduzidos por Oliveira Júnior e Góes (2010) ressaltam as vantagens para o aprimoramento das Forças Armadas decorrentes da participação em operações de paz. Essas vantagens não se limitam apenas ao aspecto técnico-militar, mas também incluem o desenvolvimento de habilidades de cooperação internacional e a compreensão das complexidades envolvidas na resolução de conflitos em contextos multilaterais. Para Jacob (2019), a participação brasileira no Haiti trouxe impactos inclusive para as Operações da *Grantia da Lei e da Ordem* (GLO) que ocorreu no Rio de Janeiro

A relevância do tema se dá na medida em que, ao se criar ferramentas que consigam contribuir com o preparo dos militares de Infantaria por meio de mudança de doutrina, os militares serão mais bemcapacitados para fins de emprego. De forma sumária, pode-se vislumbrar benefícios para a FAB como um todo: aos militares responsáveis pelo preparo de novas tropas, estarão em constantes atualizações; o preparo dos novos militares de Infantaria será de acordo com a atual necessidade da Força; a instituição terá a convicção de que está aproveitando as contribuições técnicas das Operações de

Paz para a atualização dos seus militares; e a sociedade poderá utilizar dos serviços da Força Aérea mais bemcapacitada em uma missão dessa natureza. Isso vai ao encontro da ideia de que o preparo das FFAA, com base em suas capacidades operativas, significa a possibilidade de dispor de forças militares capazes de atuar de forma conjunta (*Jointness*), com flexibilidade, versatilidade e mobilidade (Brasil, 2016).

Portanto, considerando os desafios enfrentados, as vantagens para o aprimoramento das Forças Armadas e a capacidade de adaptação demonstrada pelo Brasil, é possível justificar a importância do trabalho desenvolvido pelo país na MINUSTAH. Essa participação não apenas fortaleceu as capacidades operacionais das Forças Armadas brasileiras, mas também contribuiu para a promoção da paz e da segurança internacionais, além de consolidar o papel do Brasil como um ator comprometido e eficaz no âmbito das operações de paz da ONU.

## 2.1 Métodos

Este trabalho utilizou o método de revisão bibliográfica, onde se realizou um levantamento bibliográfico nas bibliotecas digitais da Marinha, por meio do Repositório Institucional da Produção Científica da Marinha do Brasil (RI-MB) (<https://biblioteca.sdm.mar.mil.br/>), do Exército Brasileiro, por meio da Revista do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (<https://www.ccopab.eb.mil.br/pt/repositorio-de-arquivos/category/20-revista-do-ccopab>) e da Força Aérea Brasileira, por meio da biblioteca virtual da UNIFA (<https://redebis.direns.fab.mil.br/>), referente à experiência brasileira na MINUSTAH.

Para isso, foram realizadas buscas de produções científicas e documentos que abordem as seguintes palavras-chave: Operação de Paz, Interoperabilidade, Operacionalidade e Lições Aprendidas. Essas palavras-chave foram selecionadas devido à sua relevância para o tema em questão e visam garantir a abrangência e especificidade da busca.

Como critério de exclusão, foram descartados documentos que não estivessem em vigor, que não tratassem sobre lições aprendidas ou que não atendessem aos critérios de inclusão estabelecidos.

Foram identificadas dez (10) fontes bibliográficas que tratavam do assunto, sendo três (3) artigos científicos, dois (2) livros, uma (1) dissertação de mestrado, um (1) ensaio, uma (1) apresentação oral de congresso, um (1) texto para discussão em evento científico e um (1) trabalho de conclusão de curso de especialização.

## 3 RESULTADOS

Após a análise dos resultados, destacam-se cinco tópicos principais que refletem as contribuições significativas decorrentes da revisão realizada. Conforme quadro abaixo:



**Quadro 1:** Contribuições das Operações de Paz

	Autor/Ano	Tipo de publicação	Periódico	Contribuição da Op Paz
1	Aguilar, (2015); Blanco (2017); Rodrigues e Migon (2017); e Hamann (2016).	Artigos	Journal for Brazilian Studies; Rev. bras. polít. Int; Rev. Carta Inter Cadernos Adenauer	Melhor adestramento de tropas e interoperabilidade.
2	Aguilar (2015); Oliveira Júnior e Góes (2010)	Artigo Texto para Discussão	Journal for Brazilian Studies IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Mudanças na doutrina de emprego e capacidade de atuação em missões reais que tenham projeção internacional.
3	Hamann (2016). Oliveira (2022) Gonçalves (2018)	Artigo Dissertação de mestrado Livro	A Evolução Operacional da Infantaria da Aeronáutica a partir das Missões de Paz da ONU	Avanço doutrinário e operacional resultante da elaboração e revisão de normas, manuais e cadernos de instrução relevantes.
4	Vargas (2011); Gratius (2007); e Villa e Viana (2010),	Livro; Ensaio; Artigo.	Campanha permanente: o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU; Fundación para las Relaciones Internacionales y del Dialogo Exterior; Revista Brasileira de Política Internacional	Permitiu expansão da influência do país em lugares prioritários para política externa.
5	Marques (2017); Jacob (2019).	Apresentação oral; Trabalho de Conclusão Especialização em Ciências Militares	Encontro da associação brasileira de ciência política; Escola de Comando e Estado-Maior do Exército	Visibilidade para o controle da ordem pública, ampliando o uso do recurso às operações de Garantia da Lei e da Ordem.

**Fonte:** O autor, 2024.

Dos cinco tópicos principais descritos, destacam-se: 1) melhoria no adestramento e interoperabilidade; 2) mudanças na doutrina de emprego em Operações Internacionais; 3) publicação de doutrina e normas; 4) visibilidade na política externa; e 5) melhoria para atuação nas operações de Garantia da Lei e da Ordem. Esses cinco tópicos demonstram o impacto positivo das operações militares e da revisão doutrinária na segurança e na projeção de poder do país.

Primeiramente, constatou-se um notável avanço no aprimoramento do treinamento das tropas e na promoção da interoperabilidade entre diferentes unidades das Forças Armadas, conforme relatado em quatro (40%) dos estudos mapeados. Três estudos citaram que o aprimoramento das capacidades operacionais contribui diretamente para as mudanças na doutrina de emprego das tropas e para a melhoria da capacidade de atuação em missões reais com projeção internacional.

Posteriormente, três estudos (30%) evidenciaram um significativo avanço doutrinário e operacional, resultado da elaboração e da revisão contínua de normas, manuais e cadernos de instrução pertinentes, proporcionando uma adaptação mais eficaz às demandas contemporâneas.

Além disso, em outros três estudos (30%), foi constatado que esse desenvolvimento permitiu a expansão da influência do país em lugares prioritários para a sua política externa, fortalecendo sua posição no cenário internacional e promovendo seus interesses estratégicos.

Por fim, em dois estudos (20%), foi verificada uma maior visibilidade para o controle da ordem pública, com uma ampliação significativa do uso das operações de Garantia da Lei e da Ordem, evidenciando a capacidade das Forças Armadas em responder eficazmente a crises internas e garantir a estabilidade e a segurança do país.

## 4 DISCUSSÃO

A melhoria no adestramento das tropas e na interoperabilidade entre unidades é um reflexo direto da experiência adquirida nas operações de paz da ONU. De acordo com Hamann (2016), a partir dos anos 2000, tornaram-se evidentes as motivações para a participação do país em missões internacionais, acompanhadas das necessidades operacionais de natureza tática, o que demandou um investimento ainda mais significativo na preparação das tropas. A ONU, segundo UNIBAM<sup>1</sup> (2020), desempenha um papel fundamental ao estabelecer padrões projetados para melhorar a interoperabilidade, facilitando assim as operações combinadas entre as Forças. Dessa forma, ao participar das Operações de Manutenção da Paz (OMP) da ONU, tanto a FAB quanto as demais Forças Armadas obtêm ganhos significativos no treinamento de suas tropas, durante o emprego em situações reais. Isso contribui para o processo de aperfeiçoamento e profissionalização das tropas, ao mesmo tempo em que aprimora a doutrina militar, graças à interoperabilidade alcançada com tropas de outros países, como ressaltado por Aguilar (2015) e Blanco (2017).

A adaptação da doutrina militar às novas realidades e desafios das missões de paz demonstra a flexibilidade e a capacidade de inovação das Forças Armadas Brasileiras. Consequentemente à nova realidade e ao contexto da MINUSTAH, um conjunto de novas técnicas, táticas e procedimentos foram incorporados pelas Forças Armadas nos níveis tático, operacional e estratégico (Hamann, 2016). Essa evolução reverberou até mesmo no Brasil, sendo assimilada como lições aprendidas e incorporadas ao seu arcabouço doutrinário. O uso em constante evolução da força em missões de paz da ONU teve impactos significativos na doutrina, no preparo das tropas e na constituição dos meios para o cumprimento dos mandatos (Jacob, 2019).

A revisão e a criação de novos manuais e normas demonstram um comprometimento com a evolução doutrinária e operacional. Diante do expressivo engajamento brasileiro na MINUSTAH a partir de 2004, iniciou-se uma revisão dos métodos de preparo, treinamento e adestramento dos *peacekeepers* brasileiros. Com o objetivo de proporcionar o aprimoramento técnico-militar necessário para a atuação em operações de paz, foi criado em 2005 o Centro de Instrução de Operações de Paz

<sup>1</sup> O United Nations Infantry Battalion Manual (UNIBAM) define diretrizes operacionais para batalhões de infantaria em missões de paz da ONU, garantindo padronização, interoperabilidade e eficácia nas operações.

do Exército (CIOpPAZ), que posteriormente, em 2010, tornou-se o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Os objetivos dessa organização eram preparar observadores militares e contingentes para participação em operações de paz, contribuir para a pesquisa e a doutrina na área, participar da avaliação de militares e tropas envolvidas e cooperar com as demais Forças Singulares e a academia (Oliveira Júnior; Góes, 2010).

Nesse contexto, Holanda e Vasques (2018) ressaltam a importância de avaliar a preparação dos militares de Infantaria da Aeronáutica (INFAER) para operações de paz, dado o restrito número de militares na ativa que participaram da MINUSTAH, e até então, a ausência de manuais específicos sobre a atuação da Infantaria em Operações de Paz pelo Comando da Aeronáutica (COMAER). Hoje, embora existam tais manuais, propõe-se um relatório para verificar se a padronização atende às demandas necessárias.

Gonçalves (2018) destaca a evolução do emprego das tropas de INFAER por meio da criação e atualização de diversos Manuais do Comando da Aeronáutica (MCA), em 2017, incluindo Operações de Controle de Distúrbios, Escolta Motorizada, Ponto de Bloqueio e Controle de Vias, Operações de Garantia da Lei e da Ordem em Instalações Aeroportuárias de Interesse, e Proteção de Infraestruturas Críticas de Interesse Aeroespacial. Além disso, em julho de 2021, o Comando da Aeronáutica publicou a Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa - NOSDE/PRO/225, sobre o Preparo de Tropa de Infantaria da Aeronáutica para Missões de Paz da ONU, objetivando definir procedimentos para o treinamento da Tropa de Infantaria da Aeronáutica, com vistas ao emprego em operações sob à égide da ONU (Brasil, 2021). Oliveira (2022) realizou um estudo que resultou na criação de uma matriz curricular para o Estágio Preparatório de Tropa de Infantaria para Missão de Paz (EPTIMP), baseado na avaliação do Manual da Infantaria (UNIBAM) e da NOSDE/PRO/225.

A presença contínua do Brasil em operações de paz fortaleceu sua posição estratégica no cenário internacional. A participação do Brasil em Operações de Paz da ONU parece estar motivada por interesses específicos, uma vez que as missões prioritárias para a política externa brasileira atraem um grande número de tropas e a constante presença no terreno ajuda a marcar presença em espaços multilaterais (Hamann, 2016). Vargas (2011) afirma que a participação do Brasil em missões da ONU está relacionada à continuidade e até mesmo à expansão de sua influência em lugares prioritários para a política externa, como países latino-americanos e países lusófonos. Isso, somado à busca por prestígio e status no sistema internacional, confere maior visibilidade e mais apoio às demandas. Em um nível mais estratégico, a participação proativa do Brasil no sistema internacional é destacada como um instrumento legítimo de busca pela solução de conflitos, conforme ressaltado por Júnior e Góes (2010). As operações de paz são consideradas parte integrante da política externa brasileira desde a criação das Nações Unidas e são destinadas a prevenir, gerenciar e/ou resolver conflitos violentos ou a reduzir o risco de recomeço do conflito (ONU, 2008).

Existe um aumento na visibilidade vinculada ao controle da Ordem Pública. A ampliação do uso das Operações de Garantia da Lei e da Ordem reflete a integração das lições aprendidas em missões de paz com as necessidades internas de controle da ordem pública. Além da publicação “Operações de Garantia da Lei e da Ordem em Instalações Aeroportuárias de Interesse” (MCA 125-12), Jacob (2019) destaca que o sucesso da participação brasileira no

Haiti trouxe impactos até mesmo para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que ocorreram no Rio de Janeiro. Essa experiência ressaltou a necessidade de alterações na Lei Complementar 97/99, que trata da organização, do preparo e emprego das Forças Armadas, e que foi posteriormente modificada para se adequar às demandas identificadas.

## CONCLUSÕES

A análise da participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) revelou uma série de aprendizados significativos em termos de operações humanitárias da ONU. Por meio dos estudos e discussões realizados, foi possível observar que esse envolvimento proporcionou avanços substanciais no adestramento das tropas, na interoperabilidade entre diferentes unidades e Forças Armadas, bem como no desenvolvimento e na revisão contínuos de normas, manuais e cadernos de instrução relevantes. Esses aprendizados não apenas contribuíram para o aprimoramento das capacidades operacionais das Forças Armadas brasileiras, mas também influenciaram diretamente o desenvolvimento de doutrinas e estratégias nacionais de intervenção. A expansão da influência do país em lugares prioritários para sua política externa, a maior visibilidade para o controle da ordem pública e a ampliação do uso das operações de Garantia da Lei e da Ordem também foram aspectos destacados neste estudo.

Portanto, conclui-se que a participação do Brasil na MINUSTAH representou um compromisso humanitário internacional, e também serviu como uma importante oportunidade de aprendizado e crescimento para as Forças Armadas brasileiras. Os desafios enfrentados e as lições aprendidas ao longo dessa missão contribuíram significativamente para o fortalecimento das capacidades operacionais do país e para o aprimoramento de sua atuação em cenários de intervenção humanitária. Esses aprendizados devem ser levados em consideração no planejamento e execução de futuras operações de paz da ONU, assim como na formulação de políticas e estratégias de defesa nacional.

Gustavo Moura de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0001-9540-1664>

<http://lattes.cnpq.br/6731817716359279>

Major de Infantaria da Força Aérea Brasileira. É Doutorando e Mestre em Ciências Aeroespaciais na Universidade da Força Aérea (UNIFA). Concluiu o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria pela Academia da Força Aérea - AFA (2008), com os Títulos de Bacharel em Ciências Militares, com Habilitação em Infantaria da Aeronáutica e em Administração, com ênfase em Administração Pública. É Pós-Graduado em Direito Internacional pela Universidade Estácio de Sá (2019) e em Direito Militar pela Faculdade Futura (2019). Possui ainda Pós-Graduações em Direito Administrativo, em Direito Aeronáutico e em Direitos Humanos e Questões Étnico-Sociais pelo Instituto Brasileiro de Formação (2020). Especialização “*latu sensu*” MBA em Gestão Pública com ênfase em Projetos e Processos pela UNIFA (2019). Possui ainda o Curso Básico de Direito Internacional dos Conflitos Armados e dos Direitos Humanos (CBDICADH) pela UNIFA (2018). Tem experiência nas áreas de Segurança e Defesa de Instalações do Comando da Aeronáutica, Operações de Paz e Formação



Militar. Participou do 20º Contingente Brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) como Comandante do 4º Pelotão da 4ª Companhia de Fuzileiros de Força de Paz (2014) e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos RIO 2016 como Comandante do 3º Pelotão da 2ª Companhia de Infantaria do 1º Batalhão de Infantaria da Garantia da Lei e da Ordem. Foi Instrutor do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR). Atuou como Instrutor do Pilar Educação e Focal Point de Gender na Missão de Treinamento da União Europeia na República Centro-Africana (EUTM-RCA) em Bangui, capital do país. Foi Comandante do Grupo de Segurança e Defesa de Barbacena (GSD-BQ), sediado na Escola Preparatória de Cadetes do Ar em Barbacena-MG e atualmente trabalha como Chefe da Seção de Operações do Grupo de Segurança e Defesa de Belém (GSD-BE).

### Contribuições dos autores:

O autor foi responsável pela conceituação, desenvolvimento metodológico, condução da investigação, preparo das tabelas com os dados coletados e análise formal dos dados. Destacase ainda na redação do rascunho original e na revisão crítica do manuscrito, assumindo a responsabilidade pelo conteúdo do trabalho.

### Como citar este artigo:

#### ABNT

OLIVEIRA, G. M. O Brasil e operações humanitárias da ONU: aprendizados a partir da MINUSTAH. **Revista da UNIFA**, Rio de Janeiro, v. 38, p. 1-12, 2025.

#### APA

OLIVEIRA, G. M. (junho, 2025) O Brasil e operações humanitárias da ONU: aprendizados a partir da MINUSTAH. **Revista da UNIFA**, 38 (1), P. 1-12.

## REFERÊNCIAS

- AGUILAR, S. L. C. A Participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro. **Brasiliana:Journal for Brazilian Studies**, Londres, v. 3, n. 2, p. 113-141, 2015. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/20231>. Acesso em: 14 MAR. 2024.
- BLANCO, R. The Brazilian Engagement with Peace Operations: a critical analysis. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 60, n. 2, p. 1-20, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v60n2/1983-3121-rbpi-0034-7329201700206.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023



BRASIL. Ministério da Defesa. Força Aérea Brasileira. **NOSDE/PRO/225 - Preparo de Tropa de Infantaria da Aeronáutica para missões de paz da ONU**. Brasília: Ministério da Defesa, 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Versão preliminar. Brasília: Ministério da Defesa: 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 jul. 2019.

FARIAS, R.; MARTINS, R. P. Capacetes Azuis brasileiros no Haiti: instrumento de smart power para a política externa do Brasil? **Rev. Bras. Est. Def.** v. 6, n. 1, p. 79-108, jan./jun. 2019.

GARCEZ, B. Liderança na região compensa custos de operação no Haiti. **BBC Brasil**, 6 set. 2007. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/09/070906\\_haitijobimbrunoba\\_](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/09/070906_haitijobimbrunoba_). Acesso em: 15 nov. 2023.

GONÇALVES, S. F. S. **A Evolução Operacional da Infantaria da Aeronáutica a partir das Missões de Paz da ONU**. Rio de Janeiro: 2018.

GRATIUS, S. Brasil en las Americas: ¿Una potencia regional pacificadora? **Working Paper**, n. 35, Fundación para las Relaciones Internacionales y del Dialogo Exterior, 2007. Disponível em: <http://www.fride.org/eng/Publications/Publication.aspx?Item=1282>. Acesso em: 20 mai. 2011.

HAMANN, E. P. O Brasil e as operações de manutenção da paz: a consolidação de um novo perfil? **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v.17, n.4, p. 95-110, 2016a. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/01/21350-1442-5-30.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

HERZ, M.; TABAK, J.; HOFFMANN, A. R. **Organizações internacionais: história e práticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

HOLANDA, J.G.F.; VASQUES, L.V. **Contribuição do conhecimento adquirido na missão de paz da ONU no Haiti na atuação da tropa da FAB na operação de garantia da lei da ordem durante os Jogos Olímpicos Rio 2016**. 2018. Monografia (Trabalho de Conclusão) - Curso. Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR), Rio de Janeiro, 2018.

JACOB, R. A. **A evolução do uso da força nas operações de paz das Nações Unidas a partir da década de 1990 e seus reflexos após 2010**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.



KENKEL, K. M. Interesses e identidade na participação do Brasil em Operações de Paz. **Revista Tempo do Mundo** (IPEA), v.3, n. 2, 10–35. 2011.

MARQUES, A. A. A participação brasileira em operações de Paz e seus reflexos para as relações civis-militares no país. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, 11, 2017. **Trabalho apresentado** [...]. Curitiba: UFPR, 2017. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2019/05/participacao-brasileira-operacoes-paz-e-seus-reflexos-para.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. DE; GÓES, F. L. **A Presença Brasileira nas Operações de Paz das Nações Unidas**. Rev 1516 Texto para Discussão. Rio de Janeiro- RJ.: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.

OLIVEIRA. **Instrumentalização do preparo de tropa de Infantaria da Aeronáutica para emprego em missões de paz, a partir da MINUSTAH**. Dissertação Mestrado em Ciências Aeroespaciais pela Universidade da Força Aérea (UNIFA). Rio de Janeiro, 2022.

ONU. Organização Das Nações Unidas. Department of Peacekeeping Operations. **United Nations peacekeeping: principles and guidelines**. New York: ONU, 2008.

RODRIGUES, A. O.; MIGON, E.X.F.G. O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz. **Rev. Carta Inter**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, 2017, p. 77-103. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/667>. Acesso em: 29 mar 2024.

UNITED NATIONS. **Brahimi Report**: report of the Panel on United Nations Peace Operations. 2000. Disponível em: [https://www.un.org/en/events/pastevents/brahimi\\_report.shtml](https://www.un.org/en/events/pastevents/brahimi_report.shtml). Acesso em: 12 mai. 2019.

VARGAS, J. **Campanha permanente: o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

VILLA, R. A. D; VIANA, M. T. Security issues during Lula's administration: from the reactive to the assertive approach. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, Special issue, p. 91-11, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/FCh6XT88Gh5353FXgFjDBLC/abstract/?lang=pt> Acesso em: 23 nov. 2023.

Recebido: 05 ago 2024

Aceito: 05 fev 2025

